

Relações e Interesses na Arqueologia da Imprensa do Espírito Santo: Uma Necessária Revisão da Historiografia¹

Stefhani Paiva LIMA²

Edgard REBOUÇAS³

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo

Este trabalho é resultado de parte da pesquisa de Cartografia de Grupos de Mídia do Espírito Santo. Ele consiste em um estudo sobre uma parte da história por trás do estabelecimento do primeiro jornal do estado, *Estafeta*, em 1840, por iniciativa de Ayres Vieira de Albuquerque Tovar. Usando uma abordagem da economia política da comunicação nas lógicas das indústrias culturais e midiáticas, o objetivo é o de compreender os fatores e desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais relativos a este momento histórico. As constatações são de que há uma série de relações de interesses a serem desvelados, que vão muito além da visão romantizada apresentada na historiografia da imprensa do Espírito Santo.

Palavras-chave

Imprensa; História; Espírito Santo; Estafeta; Política

Introdução

A história do jornalismo impresso no Espírito Santo começou com a publicação da edição única do *Estafeta*, possível graças a um contrato de 15 de setembro de 1840 assinado entre os governo provincial e o ex-subtenente e ex-agricultor Ayres Vieira de Albuquerque Tovar, então deputado da província em terceiro mandato; no entanto esta história é pouco conhecida, já que há uma grande carência de pesquisas mais aprofundadas na área das Ciências da Comunicação no estado. Sobre o pioneiro, por exemplo, a historiografia publicada refere-se a ele ainda em relação a sua patente militar: "alferes", sendo que já havia largado as armas há muitos anos.

Um dos pontos de partida para o estudo aprofundado de qualquer campo científico é o conhecimento prévio do corpus a que se pretende sistematizar na pesquisa, é como há

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do 4º período de Comunicação Social/Jornalismo, bolsista de Iniciação Científica do CNPq e membro do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. Email: stefhanilima@hotmail.com

³ Orientador do estudo, professor do Depto. de Comunicação Social da UFES e coordenador do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. www.observatoriodamidia.ufes.br

uma carência de levantamentos empíricos sobre as indústrias midiáticas na região, quando um futuro pesquisador lança seu primeiro olhar sobre o que pretende estudar encontra poucas informações, e mesmo assim desconexas ou desatualizadas sobre a evolução da imprensa no Espírito Santo. Entre os textos publicados, por exemplo, só é possível encontrar esparsas referências em artigos de Hésio Pessali (1984), Edgard Rebouças (1995), a coleção Escritos de Vitória (1996), de Gabriel Bittencourt (1998), Giovandro Ferreira (1999) e publicações mais recentes de José Carlos Mattedi (2005), Antônio Martinuzzo (2006, 2009) e Juçara Brittes (2010). Há ainda trabalhos de conclusão de curso apresentados nos cursos de Comunicação Social da UFES, das Faculdades Associadas do Espírito Santo (Faesa), da Universidade de Vila Velha, e em algumas outras, mas são poucos para que possa ser considerada uma bibliografia de peso sobre os estudos comunicacionais no estado.

Os dados acerca da comunicação capixaba se resumem basicamente a estatísticas, e ainda assim plenas de lacunas. Não se registram maiores investimentos na problematização e contextualização socioeconômica, política e cultural da atividade comunicacional. A criação do curso de Comunicação Social da UFES, em 1975, e a instituição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, em 1979, não chegaram a modificar significativamente o quadro de instituição de uma memória específica sobre a imprensa, que pode ser resumida basicamente em trabalhos realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e seus membros, além de alguns poucos historiadores, mas que abordam o tema de forma tangencial. Como de resto, a memória e a história do Espírito Santo ainda estão por se estabelecer, sendo que o efeito mais claro dessa lacuna é o embate de sua gente na busca por uma identidade.

Historicamente, o Espírito Santo se viu atrás de muitos estados do Brasil em termos de desenvolvimento, muito devido à barreira verde que colaborava para proteger as riquezas das minas gerais, mas também por sequer ter sido uma opção de passagem terrestre no caminho entre a Bahia e o Rio de Janeiro ao longo dos séculos XVI a XIX. A esse respeito, como relata o historiador Gabriel Bittencourt (1989, p. 35):

A descoberta de ouro em grandes quantidades no fim do século XVIII, paradoxalmente, também constituir-se-á num empecilho ao desenvolvimento da capitania. Entre as repercussões da grande incidência de ouro na colônia, restou ao Espírito Santo a construção e remodelação das fortificações de Vitória, a ampliação do destacamento militar e a proibição rigorosa de abertura de estradas que ligassem o litoral à rica capitania ‘das Gerais’. Medidas estratégicas adotadas pela metrópole,

temerosa de ataques às minas e contrabando, pelo litoral mais próximo, o capixaba.

No caso da imprensa não foi diferente. Se a imprensa nacional só começou a ganhar vida de maneira mais eficiente, mesmo que tardiamente em relação aos demais países das Américas, a partir da chegada da família real em 1808, a imprensa capixaba ainda esperou por mais 32 anos. Período em que mesmo as publicações oficiais da província tinha ser impressas na Corte.

Uma primeira constatação é que, no Espírito Santo, a imprensa chegou atrasada em relação a grande parte do Brasil. Na cronologia dos periódicos pioneiros em todo o País, o Estado só fica na frente de Amazonas e Paraná, que se tornaram províncias do Império tardiamente, somente em 1850 e 1853, respectivamente. Este é mais um capítulo da história capixaba a comprovar que o Estado vivia em profundo atraso com relação às demais províncias brasileiras (MARTINUZZO, 2009, p. 10).

Bittencourt (2010, p. 44) traz ainda mais informações acerca do desenvolvimento da imprensa em outros estados: a partir da luta pela independência no Brasil e sua consolidação, teve início uma nova fase na imprensa nacional. Toda essa efervescência impulsionou o aparecimento de vários jornais e revistas a partir do Rio de Janeiro indo para diversas províncias, como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Pará.

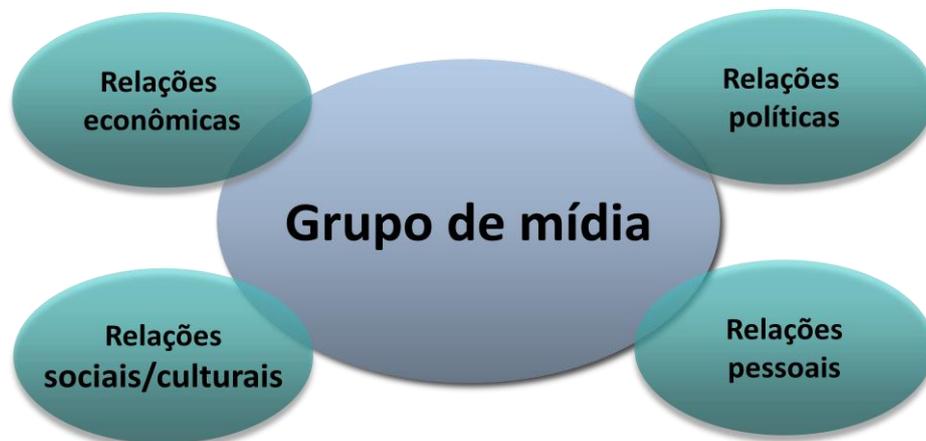
O estudo completo de onde se origina este artigo trabalha com dois objetivos básicos que se entrecruzam: 1) um contato com as metodologias de uma pesquisa científica fundamentada nos princípios teóricos da Economia Política da Comunicação e das Indústrias Culturais e Midiáticas, e; 2) traçar um panorama o mais detalhado possível das indústrias midiáticas que utilizam o suporte de jornal impresso, sobretudo em seus aspectos estruturais. Com isso, pretende-se traçar um perfil das relações políticas, sociais, econômicas e culturais de tais grupos de mídia. Também é previsto um confronto da estrutura e das conjunturas dos veículos de comunicação com os fenômenos que ocorreram paralelamente na história da região, estabelecendo uma contextualização do desenvolvimento dos meios com a evolução da sociedade à qual fazer parte.

O pesquisador Peter Schenkel, já em 1973, fez uma proposta de questionamento a respeito dos sistemas e grupos de mídia, a partir de informações colhidas na Argentina, Colômbia, Chile, México e Peru lançou as seguintes perguntas:

- Quem são os proprietários dos meios?
- Quantos meios possuem cada um?

- Além disso, estas pessoas têm propriedades agrícolas, industriais ou comerciais?
- Têm relações importantes com as elites políticas e governamentais?
- Existem laços de dependência entre estes proprietários e interesses de fora da região?

Mais de 40 anos depois, as perguntas continuam as mesmas e podem ser perfeitamente aplicadas à realidade regional do Espírito Santo, como em qualquer outra. Estas serão as questões chaves a serem respondidas ao final deste estudo. A proposta é analisar cada grupo e/ou empresa midiática sob a ótica do esquema de inter-relação entre o grupo de mídia e suas relações econômicas, políticas, sociais, culturais e pessoais.



Por meio da proposta estabelecida pela pesquisa de iniciação científica *Cartografia de Grupos de Mídia do Espírito Santo*, realizada no âmbito dos estudos do grupo de pesquisa e ação Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência - www.observatoriodamidia.ufes.br - teve início um aprofundamento na arqueologia da imprensa capixaba, com intuito de compreender a história, para que fosse possível elaborar um panorama atual dos meios de comunicações. A ementa da linha de pesquisa de Indústrias Culturais e Midiáticas do Observatório da Mídia preconiza como objetivos:

Traçar um panorama o mais detalhado possível dos sistemas de comunicações regionais e nacionais, fazendo um levantamento dos veículos que tenham como suporte jornal, revista, rádio, televisão, mídia externa e online.

Elaborar um perfil das relações políticas, sociais, econômicas e culturais dos grupos de mídias.

Confrontar a estrutura dos veículos de comunicação com os fenômenos conjunturais que ocorreram paralelamente na história da região e do país,

estabelecendo uma contextualização do desenvolvimento dos meios com a evolução da sociedade à qual fazem parte. (OBSERVATÓRIO, 2009)

Diante da proposta desta linha, foi observado, por meio das diversas leituras realizadas nos acervos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e no estado da arte da historiografia da imprensa capixaba, que quando se tratava de relatar os acontecimentos nos primeiros momentos do jornalismo no Espírito Santo, o nome de Ayres Vieira de Albuquerque Tovar aparecia sempre como o "alferes" que trouxe para a então província do Espírito Santo a primeira tipografia. A partir de tais relatos e registros foi levantado o seguinte questionamento: como um "alferes" - patente militar proporcional atualmente a um subtenente - poderia ter condições financeiras para estabelecer, em 1840, uma tipográfica na província, levando em consideração que a patente de alferes era a mais baixa entre os oficiais e que o custo era caro e necessitava, ainda mais do que hoje, de um alto investimento financeiro?

As opções eram: 1) seguir o dinheiro e/ou 2) seguir que recebeu o dinheiro. Os dois caminhos foram tentados.

O cidadão Tovar

Quando se busca conhecer a história da imprensa capixaba é comum se deparar com o nome de Ayres Viera de Albuquerque Tovar. Nas leituras bibliográficas para este estudo, várias foram as obras que se referiram a ele como sendo um "alferes", muitas dessas produções resultantes de estudos relevantes sobre a história da imprensa capixaba, como os livros *Impressões Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo* e *Quase 200: a imprensa na história capixaba*, produzidos pelo projeto Comunicação Capixaba (CoCa), coordenado por José Antônio Martinuzzo junto a estudantes do Departamento de Comunicação Social da UFES; e a coletânea organizada por Juçara Brittes, *Aspectos históricos da imprensa capixaba*, fruto de artigos de curso de especialização também realizado na UFES.

O termo *alferes* refere-se a um antigo posto militar, que hoje equivale a um subtenente. Quando as bibliografias estudadas citam Tovar como sendo um "alferes", elas contam que este cidadão trouxe para a então província do Espírito Santo a primeira

tipografia, a qual produziu o primeiro impresso capixaba, o jornal *Estafeta*, no ano de 1840. No entanto, Ayres Vieira de Albuquerque Tovar, era muito mais que um simples "alferes".

Retrocedendo um pouco na história, foi possível encontrar referências na obra de Basílio Carvalho Daemon, *Província do Espírito-Santo: sua descoberta, história chronológica, synopsis e estatística*, de 1879, que no ano de 1831, Ayres Tovar atuava sim como alferes da Tropa de Linha do 12º Batalhão, sendo que em 23 de setembro daquele ano se envolveu em um motim e respondeu a um processo no Conselho de Guerra no Rio de Janeiro. No período em que esteve na Corte, participou ainda da revolução de 3 de abril de 1832. Mais tarde, em 24 de agosto de 1833, foi absolvido por seu envolvimento na revolução de abril de 1832. Retornando ao Espírito Santo, em 1834 foi também absolvido de seu envolvimento no motim de setembro de 1831. Mesmo inocentado, pediu baixa do Exercício e passou a se dedicar à agricultura, pois recebera como herança da avó D. Vivência Maria Joaquina da Cunha, da mãe D. Maria Madalena da Cunha e do irmão Francisco Vieira da Cunha de Albuquerque Tovar cinco fazendas com os nomes de Araçatiba, Jucuruaba, Jucuna, Camboapina e Betiriba; todas ao longo do rio Jucu, importante estuário entre os atuais municípios de Viana e Vila Velha, na região da Grande Vitória.

Outro detalhe que a historiografia da imprensa não relata é que Ayres Tovar era filho do primeiro governador da província do Espírito Santo logo após a autonomia em relação à Bahia, em 1804. O português Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, Sargento-Mor de Cavalaria, Coronel de Milícias e Fidalgo da Casa Real, então com 28 anos, foi transferido de Salvador para responder pela antiga capitania e nova província entre 1804 e 1812, indicado por D. João IV antes mesmo da chegada da família real ao Brasil, em 1808. Devido a sua importância e confiabilidade na Corte, os postos seguintes de Manoel Tovar foram de governador de Angola e governador e capitão-mor dos Açores; mas os filhos permaneceram no Espírito Santo. Manoel Tovar viria a falecer em 1833.

Tampouco há referências na historiografia da imprensa capixaba que Ayres Vieira de Albuquerque Tovar viria se eleger deputado em 1835, participando da primeira legislatura provincial. Foi nesse mesmo ano que uma das primeiras leis do Espírito Santo foi aprovada, a de nº 6, datada de 23 de março de 1835, com a seguinte redação em seu parágrafo 2º:

Fica garantido ao primeiro empreendedor nacional ou estrangeiro, que estabelecer tipografia na Capital desta Província, privilégio exclusivo por dez anos para imprimir todos os papéis de ordem e de ofícios da pública

administração da mesma Província, pelo mesmo preço por que os imprimiria a Tipografia Nacional do Rio de Janeiro.

Cinco anos depois, já em seu terceiro mandato, Ayres Tovar se tornou o beneficiário da lei e inaugurou a primeira tipografia de Vitória, e com um contrato com o governo datado de 15 de setembro de 1840, passaria a receber 10\$000 (dez mil réis)⁴ por edição para publicar um jornal duas vezes por semana, ficando o governo com 120 exemplares por tiragem. No entanto, o jornal não prosperou, como será exposto mais adiante.

Em 25 de junho 1841, ainda em sua terceira legislatura, o precursor da imprensa no Espírito Santo morreu de tuberculose. Como legado pessoal e político, seu filho, Ayres Loureiro de Albuquerque Tovar, nascido em 1836, também seguiu a carreira militar e de deputado. Tenente do Exército, ele foi eleito deputado provincial em 1857, aposentando-se por doença em 1873 (DAEMON, 2010, p. 371), sendo que o próprio historiador Basílio Carvalho Daemon, então capitão, fora seu colega como deputado na época de tal afastamento. Apesar do mal que o afastou da política, ele somente viria a morrer em 1891⁵.

O Estafeta

A historiografia da imprensa do Espírito Santo registra o *Estafeta* como o primeiro jornal da província a partir do citado contrato de 10 anos formalizado em 15 de setembro de 1840 por Ayres Vieira de Albuquerque Tovar e o governo de João Lopes da Silva Couto.

Como já dito, o estabelecimento da primeira tipografia na província foi possível por causa da lei nº 6, proposta em 14 de fevereiro de 1835 pelo deputado provincial suplente Gonçalves Fraga e aprovada em 23 de março de 1835. Sendo o contrato de 1840 assinado pelo secretário de governo coronel Dionísio Álvaro Resendo, também deputado e colega de Ayres Tovar desde a primeira legislatura em 1835.

⁴ Não há referenciais seguros de conversão de valores de moedas desse período do Império com os dias atuais, tampouco que considerem a inflação. Desta forma, foi utilizado com conversor para este estudo o preço do ouro, índice que, segundo Officer e Williamson (2014), é utilizado de forma corrente. Pelo preço do ouro praticado em 1840 e o praticado atualmente, em julho de 2014 os 10\$000 equivaleriam a R\$ 1.089,00.

⁵ Na linhagem de descendência de Ayres Vieira de Albuquerque Tovar há ainda eminentes políticos como Jair Tovar, deputado federal de 1934 a 1937 e ocupante vários cargos no Distrito Federal entre os governos dos generais Dutra e Médice; José Francisco Monjardim Filho, ambos membros da Academia Espírito-santense de Letras; o procurador do estado José Tovar Pimenta, João Luiz de Albuquerque Tovar Neto e João Luiz de Menezes Tovar, empresário da construção que foi secretário de Fazenda, Obras e Transportes em recentes nos governos do Espírito Santo (MORAES, 2011).

Mas, apesar de todo o investimento financeiro do governo provincial na iniciativa de Ayres Tovar em implantar sua tipografia e o primeiro jornal, como relata Basílio Carvalho Daemon (2010, p. 358):

Infelizmente, apesar de todos os meios empregados pelo proprietário Ayres Tovar e pelo diretor da oficina José Marcelino Pereira de Vasconcelos, não foi possível publicar-se mais de um número de um periódico que teve o título de *Estafeta*, devido a não poderem obter boa impressão, talvez pela má qualidade da tinta que fora feita na própria tipografia, como notamos nos impressos que temos desse tempo, feitos na dita tipografia, como sejam ofícios, poesias, rezas e circulares.

Como, além de Daemon, também relata Amâncio Filho no artigo "A Imprensa no Espírito Santo", publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Espírito Santo*, a publicação foi uma "tentativa mallograda" (PEREIRA, 1922, p. 28) por ter circulado apenas uma vez. No entanto, não há registro da data desta primeira e única edição, pois nenhum exemplar foi arquivado. O jornal tinha/teria a direção de José Marcellino Pereira de Vasconcelos.

Também não foram encontrados registros de qualquer processo do governo provincial contra a tipografia do deputado pelo não cumprimento do contrato. Mereceria um estudo mais aprofundado para compreender os motivos que levaram a tal fracasso, sendo que as técnicas de confecção de tinta para impressão em jornal já haviam sido estabelecidas com sucesso há mais de duzentos anos, desde os primeiros diários na Alemanha, em 1605; e mesmo no Brasil, desde 1808. O uso do dinheiro público em experiências malsucedidas vem de uma longa história.

O Espírito Santo somente viria a ter um novo jornal em 1949, quando em 17 de janeiro foi publicado o primeiro número do *Correio da Victoria*⁶. A tipografia de Ayres Tovar fora vendida no ano anterior por sua viúva D. Córdula a Pedro Antônio de Azeredo que, por sua vez, reivindicou os direitos da Lei nº 6, de 1835, e do contrato do governo provincial com seu antecessor para a confecção do jornal, que também viria a ser impresso duas vezes por semana. No entanto, como ressalta Daemon (2010, p. 376), "o contrato feito com Pedro de Azeredo teve outras garantias e melhores condições"; já que conseguiu manter os 10 anos de exclusividade das publicações dos atos do legislativo e do executivo a um valor fixo de 1:000\$000 (um conto de réis)⁷ por ano, mais a possibilidade de vender

⁶ Facsimile da primeira edição do Correio da Victoria pode ser acessado no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: http://www.ape.es.gov.br/imprensa_capixaba/vitoria/correio_victoria/Correio_da_Victoria_ano_1_n1.pdf.

⁷ O que corresponderia a R\$ 108.573,00 em julho de 2014.

assinaturas anuais de 80\$000 (oitenta mil réis) ou semestrais por 40\$000 (quarenta mil réis), além da venda de exemplares avulsos por 80 réis⁸ cada.

O *Correio da Victoria* circulou por 24 anos como jornal semi oficial da província, já que desde sua primeira edição declarava que seria dividido em sete partes (editorias): *Official*, para publicação de atos do governo; *Chronica Nacional e Estrangeira*, para reproduzir notícias de outros jornais; *Commercial*, registrando transações comerciais da capital; *Variiedades*, "para tudo o que, pela espécie, como historia, biographia, etc., não tiver cabimento em outras partes da folha"; *Declarações*, para informações sobre os correios; *Folhetins*, onde publicaria contos românticos originais ou traduzidos (Dumas e Balzac); e *Victoria*, para notícias da corte.

Considerações Finais

Por meio do estudo realizado pode se compreender que conhecer o passado dos processos estruturais da imprensa é fundamental para entender a atual situação dos meios de comunicação e suas intrincadas relações de poder. No caso capixaba foi possível constatar que os primeiros passos da imprensa foram viabilizados para atender a uma necessidade do poder público, o que acabou tendo vinculação com interesses políticos e econômicos por meio da escolha do deputado Ayres Vieira Albuquerque Tovar como beneficiário da legislação que possibilitou a instalação da primeira tipografia na então província do Espírito Santo.

O fato de até a realização deste estudo a historiografia da imprensa no estado não ter atentado para o fato de seu precursor não ser apenas um "alferes" pode ter sido por mera desatenção. No entanto, em escala nacional e internacional, a vinculação de detentores do poder midiático travestidos de detentores do poder público, e vice-versa, é algo intencionalmente pouco difundido para o grande público. Vide os casos no Brasil do chamado "coronelismo eletrônico" de personalidades como os ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor de Mello; os ex-ministros Antônio Carlos Magalhães, Albano Franco, Hélio Costa, entre outros; além de dezenas de senadores e deputados ao longo da história, indo de Assis Chateaubriand a Carlos Roberto Massa (Ratinho), passando por Inocêncio Oliveira e os atuais presidentes do Senado Renan Calheiros e da Câmara dos Deputados

⁸ R\$ 8,68 em julho de 2014.

Henrique Eduardo Alves. Ou ainda de Silvio Berlusconi, na Itália; Michael Bloomberg, nos Estados Unidos; ou Pierre Péladeau, no Canadá.

As pesquisas realizadas para este estudo fizeram com que atentasse para a recorrência das relações de poder existentes ao longo da história entre a comunicação e a política, e não somente no Espírito Santo. Foi identificado ainda que a realidade da comunicação, historicamente, não possibilita que a sociedade tenha oportunidade a informação diversa e plural, já que o poder de concessão/autorização/verba publicitária está concentrado nas mãos de um pequeno grupo muito vinculado a interesses prioritariamente privados e comerciais.

A realidade da mídia no Brasil faz atentar para a importância do debate sobre as políticas públicas de comunicações e em como a articulação delas no Brasil poderia contribuir para a construção de uma comunicação mais plural, diversa e verdadeiramente pública. O caso desta rápida sacudida na arqueologia da imprensa do Espírito Santo é apenas um pequeno exemplo metodológico da quantidade de poeira que poder ser encontrada por debaixo dos tapetes da História.

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, G. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo**. Vitória: Edit, 1998.
- _____. **Notícias do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.
- _____. Atrasos e insultos. In: BRITTES, J. G. (Org.). **Aspectos históricos da imprensa capixaba**. Vitória: EdUFES, 2010.
- BRITTES, J. G. (Org.). **Aspectos históricos da imprensa capixaba**. Vitória: EdUFES, 2010.
- CLAUDIO, Affonso. **Historia da litteratura espirito-santense**. Porto: Oficinas do "Commercio do Porto", 1912.
- DAEMON, B. C.. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2010. 2ª Ed. Vol. 12.
- FERREIRA, G. M. O contrato de comunicação dos jornais de Vitória - ES (1988 a 1993). **Revista da Intercom**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 1999.
- MARTINUZZO, J. A.. (Org.) **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.
- _____. **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2008.
- MATTEDI, J. C. **História da imprensa oficial do Espírito Santo**. Vitória: GSA, 2005.
- MORAES, P. S.. As famílias portuguesas radicadas no Espírito Santo. **Revista do IHGES**, Vitória, n. 66, 2011.
- OBSERVATÓRIO da Mídia. **Quem somos**. 2009. Disponível em www.observatoriodamidia.ufes.br.
- OFFICER, L. H.; WILLIAMSON, S. H.. **The Price of Gold, 1257 - Present**. MeasuringWorth, 2014. Disponível em <http://www.measuringworth.com/gold/>
- PEREIRA, H. A. (Amancio Filho). A imprensa no Espírito Santo. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo**, Victoria, Oficinas da Imprensa Estadual, a. 2, n. 3, p. 29-40, 1922.
- PESSALI, H. A. História da imprensa no Espírito Santo. **Revista de Cultura**, Vitória, 1984.
- REBOUÇAS, E.. Proposta de participação social na elaboração de uma política de comunicação

social para o Espírito Santo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 18., 1995, Aracaju. **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo: Intercom, 1995.

REBOUÇAS, E.; FADUL, A.. Por uma perspectiva metodológica para os estudos dos sistemas e grupos de mídia: o caso do Nordeste brasileiro como referência. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. **Anais Intercom 2005**. São Paulo: Intercom, 2005.

SCHENKEL, P. La estructura de poder de los medios de comunicación en cinco países latinoamericanos. **Estudios y Documentos**. n. 21, Santiago: ILDIS, 1973.

VITÓRIA. **Escritos de Vitória**. 17. Imprensa. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.